



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4, Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

MODELO - TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 000007/2026/ADM

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [NÚMERO DO CONTRATO], QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E [CONTRATADO].

O Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado do Rio de Janeiro - CRT-RJ, Entidade de Fiscalização Profissional, instituído pela Lei nº 13.639/2018, com sede na Rua da Candelária nº 04 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.618.698/0001-62, neste ato representado(a) por seu **Presidente GILBERTO SILVA PALMARES**, brasileiro, Técnico Industrial Eletrotécnico, divorciado, inscrito no CPF nº 295.957.627.68 e identidade sob o n.º 81357835-8, expedido pelo DETRAN-RJ e seu **Diretor Financeiro FRANCISCO VIANA BALBINO**, brasileiro, Técnico Industrial Eletrônico, casado, inscrito no CPF nº 360.781.237-34 e identidade sob o n.º 03.306.950-1, expedido pelo IFP/RJ, eleitos conforme homologação pelo CFT na 16ª Reunião Plenária Extraordinária – Deliberação Plenária nº 111, de 17 de maio de 2022, consoante Termo de Posse de 22 de junho de 2022 e Portaria 011/2024, de 25 de março de 2024, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, denominado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo nº 000007/2026/ADM e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do [Decreto nº 11.462, de 2023](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **xxx/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4, Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços terceirizados, sob regime de execução indireta, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao apoio administrativo e apoio operacional, compreendendo atividades administrativas, serviços de limpeza, conservação e copeiragem, com fornecimento de uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e materiais necessários à execução dos serviços, a serem realizados na sede do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado do Rio de Janeiro – CRT-RJ, nos Escritórios Descentralizados atualmente existentes no Estado do Rio de Janeiro, bem como naqueles que vierem a ser implantados durante a vigência contratual, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e em seus anexos.

- 1.2. Objeto da contratação:

Lote 1						
Item	Nível do Cargo	Descrição do cargo	Quantidade	Valor da Proposta por posto	Valor Mensal do Serviço	Valor Anual do Serviço
1	Médio	Assistente Administrativo - Pleno	40	R\$	R\$	R\$
2	Superior	Assistente Administrativo - Sênior	12	R\$	R\$	R\$
3	Médio	Recepcionista Pleno	2	R\$	R\$	R\$
Valor total - Lote 1				R\$		



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4, Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

Lote 2						
Item	Nível do Cargo	Descrição do cargo	Quantidade de postos	Valor da Proposta por posto	Valor Mensal do Serviço	Valor Anual do Serviço
4	Médio	Auxiliar de Serviços Gerais, Diurno, Convencional, 40 Horas Semanais, com fornecimento de insumos e equipamentos	10	R\$	R\$	R\$
5		Copeiragem, Diurno, Convencional, 40 Horas Semanais.	04	R\$	R\$	R\$
Valor total Lote 2				R\$		
Valor total Lotes 1 e 2				R\$		

*Tabela a ser ajustada de acordo com a contratação.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do **CONTRATADO**;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4, Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o **CONTRATADO** mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, prestação dos serviços, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4, Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor total estimado anual desta contratação é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)**
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura atestada por no mínimo 2 (dois) funcionários designados, contendo a descrição dos itens, quantidades, preços unitários e o valor total e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais, mediante depósito em conta bancária indicada pela contratada, além de informar o CNPJ e o endereço da contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.2. Esse procedimento será realizado pelos fiscais do contrato designado pela Administração, em conformidade com o modelo de fiscalização contratual adotado pelo órgão e com as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3. A nota fiscal/fatura relativa à cobrança deverá ser emitida em nome do Conselho Regional de Técnicos Industriais do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ 33.618.698.0001/62, com sede na rua da Candelária, 04 - CEP: 20.0091-020, sendo acompanhada por comprovante de recolhimento dos impostos, taxas e encargos pertinentes.
- 6.4. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de nota fiscal/fatura apresentada pelo contratado, atestada por, no mínimo, 02 (dois) funcionários do órgão requisitante.
- 6.5. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância impeditiva, a liquidação da despesa ficará pendente e o pagamento será suspenso até que a contratada providencie as medidas.
- 6.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4, Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 6.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 6.8. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora."

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. Os preços contratados poderão ser repactuados, visando à adequação aos novos preços praticados no mercado e à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observadas as disposições dos arts. 135 e 136 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como as regras



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4, Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

previstas na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, e alterações posteriores.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.7.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.7.2. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.7.3. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4, Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.3. As cláusulas e condições sobre repactuação são as que constam no Termo de Referência, no constante ao item 21.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A8] ;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4, Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.13. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.15. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.17. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.18. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.19. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4 , Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

- 9.21. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.22. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.23. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;
- 9.24. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
 - 9.24.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4, Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

- 9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.34. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.35. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.36. Os serviços objeto do presente contrato serão prestados na sede do CRT-RJ, nos Escritórios Descentralizados atualmente existentes e naqueles que vierem a ser implantados durante a vigência contratual, em qualquer município do Estado do Rio de Janeiro, observadas as necessidades da Administração.
- 9.37. A Contratante poderá, mediante comunicação formal à Contratada, promover o remanejamento dos postos de trabalho entre a sede e os Escritórios Descentralizados, bem como determinar a ativação, desativação ou transferência de postos, desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e respeitados os quantitativos contratados.
- 9.38. O remanejamento dos postos de trabalho será realizado com observância dos seguintes critérios:
 - 9.38.1. necessidade do serviço e interesse da Administração;
 - 9.38.2. manutenção da continuidade e da qualidade da prestação dos serviços;
 - 9.38.3. preservação dos quantitativos contratados;
 - 9.38.4. observância das condições estabelecidas na legislação trabalhista e nos instrumentos coletivos aplicáveis;
 - 9.38.5. prévia comunicação à Contratada, sempre que possível, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.



- 9.39. Os custos ordinários decorrentes da gestão operacional, supervisão, deslocamentos administrativos, distribuição de materiais, fornecimento de equipamentos e logística necessária ao atendimento das unidades da Contratante integram o risco ordinário do negócio e consideram-se incluídos nos preços ofertados pela Contratada, não sendo passíveis de cobrança adicional.
- 9.40. A recomposição dos custos logísticos somente será admitida quando ocorrerem fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que impliquem alteração substancial e efetivamente comprovada dos custos originalmente considerados na proposta, observados os arts. 124, inciso II, alínea "d", e 134 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.41. Constituem hipóteses aptas a ensejar pedido de reequilíbrio econômico-financeiro:
- 9.41.1. criação de novos Escritórios Descentralizados em localidades não contempladas nas condições originalmente consideradas para elaboração da proposta;
 - 9.41.2. alteração significativa e permanente dos custos de deslocamento dos empregados em razão da mudança de local de prestação dos serviços;
 - 9.41.3. majoração de custos decorrente de imposição legal ou de instrumento coletivo de trabalho superveniente;
 - 9.41.4. ocorrência de fatos extraordinários, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que ocasionem comprovada onerosidade excessiva à execução contratual.
- 9.42. Os pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverão ser formalmente apresentados pela Contratada, acompanhados de memória de cálculo e demonstração analítica dos custos impactados, cabendo à Administração verificar a efetiva ocorrência do desequilíbrio e a relação direta entre o evento alegado e os custos adicionais pleiteados.
- 9.43. Para a abertura de novos postos ou remanejamento de empregados entre unidades, será admitida exclusivamente a recomposição das parcelas variáveis efetivamente impactadas, especialmente aquelas relativas ao vale-transporte e aos custos diretamente vinculados à nova localidade, permanecendo inalteradas as demais parcelas da planilha de custos e formação de preços.
- 9.44. A execução contratual observará os seguintes limites operacionais:



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4 , Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

9.44.1. o atendimento restringe-se às unidades da Contratante localizadas no Estado do Rio de Janeiro;

9.44.2. a Administração poderá remanejar postos entre unidades sem alteração do quantitativo global contratado;

9.44.3. a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, plano logístico para atendimento às novas localidades indicadas pela Contratante;

9.44.4. os serviços deverão ser executados sem interrupção e sem prejuízo aos níveis mínimos de qualidade estabelecidos no Termo de Referência e no contrato.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 10.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5%.
- 10.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura da ata do contrato.
- 10.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) Multa:

11.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;



III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei no 9.784/1999.
- 11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRT-RJ deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Elemento de Despesa:

6.2.2.1.1.01.04.04.037 - Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem;

6.2.2.1.1.01.04.04.006 - Serviços de Apoio Administrativo e Operacional;

Nota de Empenho: [XXXXXX]

- 12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do orçamento, mediante apostilamento.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



- 13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 13.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 13.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUB OPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 13.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 13.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
 - 13.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 13.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente,



em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

- 13.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- i. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



ii. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

iii. Das indenizações e multas.

- 14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 14.12. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 14.14. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:
- 14.14.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
 - 14.14.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4 , Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e normas e princípios gerais dos contratos e normas constitucionais.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Diário Oficial da União, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º. §2º. da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º. §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não



CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº4, Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-020
E-mail: licitacao@crtrj.gov.br
Fone: (21) 3900-9283
www.crtrj.gov.br

puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Rio de Janeiro, [data] de [mês e ano].

**CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS
INDUSTRIAIS DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

EMPRESA XXXXXX

GILBERTO SILVA PALMARES

Presidente

Representante Legal - **CONTRATADO**

FRANCISCO VIANA BALBINO

Diretor Financeiro

Testemunhas:

Nome:

CPF nº

Cargo:

Nome:

CPF nº

Cargo: